

**UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

FACULDADE DE DIREITO



**PROCESSO
SELETIVO PÚBLICO
RESIDÊNCIA
JURÍDICA 2014**

TRABALHISTA



INSTRUÇÕES

Você recebeu o seguinte material:

- Uma PROVA OBJETIVA contendo 50 (cinquenta) questões¹, à cada qual correspondem 4 (quatro) alternativas: A, B, C e D;
- Um CARTÃO RESPOSTA personalizado.

- 1) Após a ordem para o início da prova, confira o material recebido, verificando se a sequência da numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contenha alguma irregularidade, comunique a um dos fiscais.
- 2) Confira, no CARTÃO RESPOSTA, se seu nome e número de inscrição estão corretos.
- 3) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no CARTÃO RESPOSTA serão objeto de correção.
- 4) Ao final do CADERNO DA PROVA OBJETIVA, está disponível o GABARITO RASCUNHO, que poderá ser levado pelo candidato após 1 (uma) hora do início da prova.
- 5) O CADERNO DA PROVA OBJETIVA só poderá ser levado pelo candidato faltando 1 (uma) hora para o seu encerramento.
- 6) Leia atentamente cada questão e assinale no CARTÃO RESPOSTA a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma das questões.
- 7) Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO RESPOSTA:
 - Não poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
 - A maneira correta de marcação das respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir fortemente, com caneta esferográfica tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme modelo abaixo:

1	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE BORRACHA OU CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE NO CARTÃO RESPOSTA. Outra forma de marcação diferente da que foi determinada acima implicará em rejeição do CARTÃO RESPOSTA pela leitora ótica. A leitora ótica não registrará também questões em que houver:

- falta de nitidez na marcação;
- mais de uma alternativa assinalada.

8) A prova terá duração de 04 (quatro) horas. Os 03 (três) últimos candidatos só poderão deixar o local de prova depois que o último entregar seu CARTÃO RESPOSTA.

Após o término da prova, entregue ao Fiscal:- O CARTÃO RESPOSTA, devidamente assinado. O candidato que não devolvê-lo será eliminado do concurso.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	07/10/2013	www.cepuerj.uerj.br
Interposição de recursos contra o gabarito da PO	07 a 11/10/2013	
Resposta ao recurso ao gabarito da PO	08/11/2013	

¹Todos os casos e nomes utilizados nessa prova são fictícios e qualquer semelhança com casos reais é mera coincidência.

ORGANIZADOR





DIREITO DO TRABALHO

1) Em relação à duração da jornada de trabalho, é correto afirmar que:

- a) o intervalo intrajornada, acrescido do descanso semanal remunerado, totaliza 26 horas consecutivas de descanso
- b) o trabalho como regime de tempo parcial tem como limite 35 horas semanais, sendo vedada a realização de horas extras
- c) para as microempresas as horas *in itinere* não poderão ser fixadas por meio de acordo coletivo de trabalho, inclusive quanto à forma e à natureza da remuneração
- d) o banco de horas deve ser aplicado de maneira que não exceda, no período de um ano, à soma das jornadas semanais previstas, desde que seja ultrapassado o período máximo de dez horas diárias

2) Quanto ao contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- a) a subordinação do empregado constitui-se na característica central do contrato laboral, sendo sempre econômica ou técnica
- b) segundo entendimento jurisprudencial dominante, reconhece-se o vínculo empregatício de “apontador” de jogo do bicho, já que não se trata de objeto ilícito, mas de vício gerador de nulidade relativa
- c) ao direito do empregador de dirigir e comandar a atuação concreta do empregado corresponde o dever de obediência por parte deste, que cessa por completo nos períodos de suspensão ou interrupção do contrato
- d) a continuidade do contrato de trabalho deriva do fato de que a indeterminação do prazo se presume, caso não haja formalização escrita da relação contratual, cabendo, em sentido contrário, fazer a prova de que o contrato foi celebrado a termo

3) A respeito das férias, é correto afirmar que:

- a) o tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 120 dias da data em que se verificar a respectiva baixa
- b) terá direito a 24 dias corridos de férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tenha de 06 a 14 faltas
- c) perde o direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver 30 faltas injustificadas
- d) o abono de férias deverá ser requerido até 30 dias antes do término do período aquisitivo



4) Quanto ao tema terceirização, é correto afirmar que:

- a) em termos gerais, ocorre quando uma empresa transfere parte do setor produtivo a outra empresa, com a finalidade de otimizar a produção de bens ou serviços e de reduzir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas
- b) atualmente, a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho admite a de serviços genéricos ligados à atividade meio da empresa, desde que não se materialize a personalidade e a subordinação jurídica direta entre a empresa tomadora dos serviços e o pessoal terceirizado
- c) é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação fático-econômica de trabalho da relação jurtrabalhista que lhe seria correspondente, permitindo o estabelecimento da atividade econômica cujo objeto é intermediar a prestação de serviços alocados na atividade meio do tomador
- d) do ponto de vista da jurisprudência trabalhista, é possível afirmar que ao longo do tempo o Tribunal Superior do Trabalho alterou seu entendimento, tendo inicialmente restringido o fenômeno às limitações previstas em lei, como são os casos de trabalho temporário e o de serviço de limpeza e conservação e, posteriormente, generalizando a intermediação de mão de obra

5) Acerca do direito à intimidade, privacidade e honra do trabalhador no contrato de trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o assédio sexual no âmbito dos efeitos trabalhistas pode fazer uso da sua tipificação no direito penal brasileiro
- b) a regulação e o combate à discriminação no ato da contratação dos trabalhadores situa-se fora das atribuições do direito do trabalho, porquanto inexistir, até então, prestação efetiva de labor subordinado e, tampouco, contrato de trabalho formalizado
- c) os atos praticados pelo superior hierárquico para punir o subordinado, longe da presença de terceiros, podem ser enquadrados como assédio moral, uma vez que fogem das prerrogativas decorrentes do poder disciplinar para o melhor andamento da atividade empreendida
- d) de acordo com as normas incorporadas ao nosso ordenamento jurídico, constituem discriminações as distinções, exclusões ou preferências baseadas nas qualificações exigidas para um emprego determinado, as que se possam justificar em função da segurança do Estado

6) A respeito da Convenção Coletiva de Trabalho, é correto afirmar que:

- a) entram em vigor a partir da entrega para avaliação, registro e arquivamento no Ministério do Trabalho e Emprego
- b) é celebrada por escrito, podendo as emendas e eventuais rasuras serem retificadas por ambas as partes em até 30 dias
- c) é o acordo de caráter normativo em que são estipuladas condições de trabalho para toda a categoria profissional e econômica
- d) é celebrada por dois ou mais sindicatos representativos de categorias profissionais e econômicas e, ainda, por uma federação ou confederação



7) Em relação ao fenômeno da terceirização no Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, forma-se o vínculo de emprego com o tomador, a contratação de serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, quando existente a pessoalidade e a subordinação direta
- b) o segmento privado da economia, ao longo dos últimos 30 anos, passou a incorporar, de maneira crescente, práticas de terceirização da força de trabalho, independentemente da existência de lei que autorize tal contratação, constituindo nova regra ao modelo empregatício clássico
- c) a cooperativa de mão de obra é a pessoa jurídica cuja função é colocar a força de trabalho subordinado de seus cooperados, especializada ou não, a serviço de outras empresas, transferindo a elas tal subordinação
- d) configurada a terceirização lícita (*marchandage*), o vínculo de emprego que se forma diretamente com o tomador de serviços

8) Dentre as causas e efeitos do fenômeno da terceirização, pode-se apontar como correto:

- a) em um cenário de desemprego mundial, da terceirização resulta a geração de oportunidades de novos e melhores empregos, elevando o patamar protetivo dos trabalhadores
- b) em termos gerais, os conceitos de atividade fim e atividade meio são determinantes para se concluir sobre a legalidade ou ilegalidade da terceirização. O que determinará a declaração de ilegalidade da terceirização é a existência de fraude na concentração de trabalhadores no cerne da atividade econômica do tomador
- c) a terceirização, ao reduzir custos de produção, concorre como positivo fator de competitividade das empresas e do país no cenário global, freando o processo de monopolização transnacional (na forma de conglomerados), pela contraposição da produção em redes de aglomeração, como no setor de calçados, moveleiro ou redes de produção tecnológica
- d) a terceirização é a porta de entrada para o processo de precarização da mão de obra, ao permitir a criação de uma categoria de trabalhadores mais vulneráveis em seus Direitos Trabalhistas, chegando a implicar em tráfico de pessoas, há muito designado e coibido pelo direito do trabalho como "*marchandage*". Se o terceirizado é um homem que a empresa aluga ou arrenda, sempre precariza, pois rouba sua dignidade e gera instabilidade

9) Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a indicação de fraude trabalhista existe em:

- a) determinação pela tomadora para a prestadora de serviço do modo, tempo e forma que o trabalho deve ser realizado, bem como das qualidades pessoais e psicossociais dos trabalhadores recrutados
- b) saber-fazer específico, *know-how*, da empresa prestadora de serviços, com utilização de meios materiais próprios para a execução do contrato
- c) indicação pela tomadora da quantidade de trabalhadores e quais funções deverão ser preenchidas pela empresa tomadora
- d) repasse da atividade meio da empresa tomadora à prestadora de serviços



10) Em relação à justa causa, é **INCORRETO** afirmar que a(o):

- a) incontinência de conduta está relacionada à quebra de um dever moral de ordem sexual
- b) ato de indisciplina pressupõe o descumprimento de ordens genericamente impostas aos trabalhadores
- c) condenação criminal transitada em julgado, com suspensão da execução da pena, sempre autoriza a dispensa por justa causa
- d) ato de improbidade relaciona-se com a conduta desonesta do empregado capaz de causar prejuízos ao empregador e a terceiros

11) Quando da rescisão de um contrato de trabalho de 14 meses, em relação ao aviso prévio, pode-se afirmar que a jornada de trabalho:

- a) deverá ser reduzida de duas horas ou, a critério exclusivo do empregado, poderá este faltar ao serviço por sete dias corridos
- b) poderá ser reduzida de uma hora ou, a critério do empregado, poderá este faltar ao serviço por cinco dias corridos
- c) poderá ser reduzida de duas horas ou, a critério exclusivo do empregado, poderá este faltar ao serviço por cinco dias corridos
- d) será reduzida de quatro horas diárias

12) São elementos caracterizadores da sucessão trabalhista, dentre outros a:

- a) alteração do controle acionário da sociedade anônima
- b) mera alteração, legalmente formalizada, de quaisquer dos proprietários da empresa
- c) alienação de insumos, máquinas e coisas singulares, sem alcançar o fundo de comércio e a exploração da marca
- d) transferência de uma unidade econômico-jurídica de um para outro titular, mantendo-se, a princípio, a prestação dos serviços do trabalhador

13) Acerca do percentual máximo permitido para remunerar as horas extraordinárias, pode-se afirmar que:

- a) é livre a fixação em acordo individual ou coletivo, respeitado o limite mínimo estipulado na Constituição
- b) é de 100%, de acordo com a jurisprudência da SDC/ TST
- c) é de 50%, de acordo com a Constituição Federal vigente
- d) pode chegar a até 150% nos domingos e feriados



14) Em relação ao trabalho do estagiário, é correto afirmar que:

- a) o estágio pode ser considerado uma etapa da aprendizagem escolar que se realiza na empresa
- b) as instituições interessadas na concessão do estágio estão obrigadas a pagar remuneração e seguro para acidentes pessoais
- c) o estagiário poderá substituir mão de obra permanente da parte concedente do estágio, já que o seu caráter é didático-pedagógico
- d) as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, podem oferecer cursos de aprendizagem metódica para adolescentes, desde que registradas no Ministério do Trabalho e Emprego

15) Trabalhador de 17 anos, possui três empregadores diferentes, com as seguintes cargas horárias: de seis horas, no primeiro, de três horas, no segundo, e de duas horas, no terceiro. Tal situação é:

- a) irregular, pois essa pluralidade de prestação de serviços depende de prévia autorização médica e não pode ultrapassar o limite de oito horas diárias
- b) irregular, em razão de a soma das horas de trabalho nos três empregos exceder de oito horas diárias
- c) regular, em face de a duração normal do trabalho diário, em cada emprego, ser inferior a oito horas
- a) regular, porque o direito brasileiro nega a pluralidade de empregos além de dois

16) Sobre o dano moral no Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) um mesmo fato, na forma da jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, não pode originar, cumulativamente, indenizações por dano moral e patrimonial
- b) o empregador responde diretamente pelo dano moral, ainda que não haja culpa de sua parte, pelos atos praticados, de forma culposa, por seus prepostos ou empregados
- c) o juízo trabalhista somente pode condenar em indenização por dano moral, se houver também a condenação na esfera criminal, face ao elemento subjetivo (culpa), pois imprescindível o cometimento de ato ilícito, especialmente em casos de acidente de trabalho (direito do empregado ao meio ambiente de trabalho saudável e seguro)
- d) quanto aos chamados danos justos, dos quais nunca resultará o direito à reparação, pois não existe relação de causalidade entre a ação ou omissão e o dano causado (culpa exclusiva da vítima), temos como exemplo a hipótese em que o empregado, não habilitado para usar determinado equipamento, sob ordem patronal, causa o próprio acidente, por imperícia



17) Quanto ao princípio da indisponibilidade das normas trabalhistas e sua flexibilização, é correto afirmar que:

- a) a transação e a renúncia são institutos absolutamente incompatíveis com o Direito do Trabalho, sendo absolutamente vedadas pelo sistema jurídico trabalhista em qualquer caso
- b) a flexibilização contradiz e/ou excepciona o princípio da inderrogabilidade das normas protetivas, porém, é admitida nos limites estabelecidos pela Constituição
- c) a anotação do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social é exemplo de norma de natureza dispositiva e patrimonial
- d) da natureza de direito privado do contrato de trabalho decorre a primazia das normas dispositivas no Direito do Trabalho

18) Acerca do instituto da terceirização no Direito do Trabalho, é **INCORRETO** asseverar que:

- a) verificada a terceirização ilícita de mão de obra (verdadeiro “comércio humano” ou *marchandage*), o vínculo de emprego se forma diretamente com o tomador de serviços, seu beneficiário econômico direto
- b) a cooperativa de mão de obra constitui sociedade de pessoas cuja função precípua é prestar serviços aos sócios cooperativados, colocando suas respectivas forças de trabalho, especializadas ou não, a serviço de outras empresas ou de terceiros
- c) nos últimos 35 anos, o setor privado vem gradativamente incorporando práticas de terceirização da força de trabalho, independentemente da existência de lei que autorize tal contratação, que constitui exceção ao modelo empregatício tradicional
- d) de acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, não constitui vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, quando presentes a personalidade e a subordinação direta

19) Quanto ao contrato de experiência é correto afirmar que:

- a) pode ser prorrogado até duas vezes sem se converter na modalidade indeterminada
- b) apenas uma vez pode ser prorrogado, observado o tempo máximo de 90 dias
- c) está sujeito ao prazo de 120 dias, desde que por escrito
- d) pode ser celebrado por ajuste tácito ou verbal

20) Empregado com 45 dias de serviço foi afastado por motivo de doença, ficando em gozo de benefício previdenciário por seis meses. Quando retomou o serviço, foi sumariamente despedido. Diante disso, terá direito, então, a aviso-prévio de:

- a) 30 dias, 10/12 de férias, 10/12 de 13º salário e FGTS
- b) 30 dias, 2/12 de férias, 2/12 de natalinas e FGTS pago na rescisão
- c) 30 dias, 03/12 de natalinas e FGTS, não tendo direito às férias proporcionais
- d) 45 dias, 10/12 de natalinas, não tendo direito às férias proporcionais nem ao FGTS



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21) É cediço que as decisões interlocutórias são irrecuráveis de plano na justiça do trabalho. A despeito disso, o Tribunal Superior do Trabalho sumulou a questão, estabelecendo algumas **EXCEÇÕES**, tais como:

- a) quando a decisão interlocutória for capaz de causar grande prejuízo à parte
- b) quando a decisão for suscetível de impugnação mediante recurso para o Tribunal
- c) quando a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado
- d) quando se tratar de decisão de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula, Orientação Jurisprudencial ou Precedente Normativo do Tribunal Superior do Trabalho

22) Em relação à competência territorial da Justiça do Trabalho, a opção que se encontra em consonância com a legislação vigente é:

- a) quando for parte do dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da localidade em que houve a celebração do contrato de trabalho ou no local da prestação dos serviços
- b) a competência das varas de conciliação e julgamento estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispendo em contrário
- c) a competência dos juízos de primeira instância é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local, exceto se no estrangeiro
- d) em se tratando de empregador que promova realização de atividade fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado o ajuizamento da reclamação trabalhista no juízo em que tenha domicílio, ou a localidade mais próxima

23) Em se tratando de execução no processo do trabalho é correto afirmar que:

- a) requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão, ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 24 horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora
- b) as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério do Trabalho; e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida nos artigos 876 e seguintes da CLT
- c) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação
- d) os servidores da Justiça do Trabalho poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliadores



24) Nos exatos termos da Constituição Federal de 1988, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a(s):

- a) ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada
- b) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho
- c) execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no artigo 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças declaratórias que proferir
- d) ações oriundas da relação de trabalho, excetuando os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

25) Em relação à Reclamação Trabalhista, é correto afirmar que:

- a) se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em quatro vias datadas e assinadas pelo escrivão, ou secretário
- b) *ojus postulandi* das partes, estabelecido no artigo 791 da CLT, verifica-se nas Varas do Trabalho, nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho
- c) a reclamação trabalhista pode ser escrita ou oral. Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juiz da vara, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado e uma breve exposição dos fatos
- d) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias

26) É hipossuficiente, nos termos da Lei nº 1.060/50, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio, ou da família. Nos termos do diploma em apreço, é correto afirmar que:

- a) essa lei se aplica à seara trabalhista, por disposição expressa nesse sentido
- b) gozam dos benefícios da lei os nacionais e os estrangeiros residentes ou não no país
- c) essa lei abrange, segundo entendimento jurisprudencial majoritário, as custas e depósitos recursais
- d) despesas com publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais e honorários apenas de advogados, não os periciais

27) Acerca dos prazos no processo do trabalho é correto afirmar que:

- a) o executado será citado para no prazo de 24 horas pagar ou nomear bens à penhora
- b) os prazos no processo do trabalho são contínuos e irrelevantes, não podendo haver qualquer prorrogação
- c) a CLT possui previsão expressa quanto à possibilidade dos juízes alterarem o dia de início e vencimento dos prazos
- d) a CLT prevê prazo de 20 minutos para defesa oral em audiência, mas não prescreve qualquer prazo para razões finais



28) A respeito da nulidade processual, é correto afirmar que:

- a) em qualquer caso, deve ser sempre declarada por provocação das partes
- b) jamais será pronunciada quando for possível repetir-se o ato ou suprir-se a falta
- c) em atenção ao princípio da lealdade processual, cabe ao juiz declará-la, ainda que pela parte que tenha lhe dado causa
- d) é cabível sua declaração, por inobservância do devido processo legal, quando o juiz, no curso da instrução, colher inicialmente o depoimento da reclamada e, posteriormente, do reclamante

29) Sobre a proposta de conciliação no processo do trabalho é correto afirmar que:

- a) deve ser feita antes da apresentação da defesa e renovada após as razões finais
- b) deve ser feita após a oitiva das testemunhas e antes das razões finais
- c) é desnecessária, sendo facultado ao juiz sua proposta
- d) é realizada apenas quando o valor da causa permitir

30) Apresentada a contestação e a reconvenção, o reclamante desiste da reclamatória com o consentimento da reclamada. Com base nesta informação, pode-se afirmar que a:

- a) desistência determinará a extinção sem julgamento do mérito
- b) desistência da reclamação não obsta ao prosseguimento da reconvenção
- c) reconvenção se transforma em ação principal e faz-se necessária nova distribuição
- d) reconvenção liga-se à contestação como acessório e, não havendo principal, não há acessórios

31) Levando-se em consideração o entendimento Sumulado do TST, pode-se afirmar que:

- a) não se faz necessária a inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício do cargo de procurador nas autarquias e fundações públicas
- b) a União, estados, municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas podem ser representadas por qualquer integrante dos quadros da OAB, independentemente de nomeação
- c) para os efeitos da liberação da apresentação de mandato, é essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na OAB
- d) a União, estados, municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato, sendo necessária a comprovação do ato de nomeação



32) Em se tratando de ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ou de doença profissional, remetida à Justiça do Trabalho após ajuizamento na Justiça Comum, antes da vigência da emenda constitucional nº 45/2004, é correto afirmar que:

- a) é impossível a reabertura da instrução processual, uma vez que preclusa a prova no juízo cível
- b) os prazos processuais trabalhistas não se aplicam à ação, já que originalmente foi proposta no juízo cível
- c) cabe ao juiz trabalhista suscitar conflito de competência, já que não é sua competência para julgar e processar a ação
- d) é cabível a condenação em honorários, já que decorre da mera sucumbência, nos termos do artigo 20 do CPC, não se sujeitando aos requisitos da Lei nº 5.584/1970

33) Sendo desconsiderada a personalidade jurídica da empresa e assim citando-se os sócios, pode-se afirmar que:

- a) os sócios que se retiraram da sociedade antes da propositura da ação não terão qualquer responsabilidade sobre o crédito exequendo e poderão apresentar agravo de instrumento
- b) apenas os sócios que aproveitaram da mão de obra do reclamante poderão responder pelo crédito, podendo os demais apresentarem, entre outros remédios processuais, mera petição de reconsideração
- c) em havendo sócio que saiu da sociedade antes da admissão do reclamante será possível sua exclusão do polo passivo através da apresentação de exceção de pré-executividade ou embargos, ainda que não garantido o juízo
- d) todos os sócios constantes dos contratos sociais da empresa responderão, independente de terem ou não se retirado da sociedade, entretanto, respeitada a cota parte de cada um deles, cabendo, assim, mandado de segurança

34) Em relação aos recursos no Processo do Trabalho é correto afirmar que:

- a) recebido o agravo de instrumento, o juiz da vara do trabalho determinará a intimação do agravado para responder, no prazo legal e, após, julgará o recurso
- b) cabe agravo de petição apenas das decisões proferidas em execução, mas apenas daquelas que julguem embargos à execução
- c) a interposição de agravo de petição permite o prosseguimento da execução em relação aos valores não impugnados
- d) cabe agravo de petição nas decisões proferidas na fase de liquidação e execução



35) Havendo uma reclamação trabalhista, citado o réu, em audiência, é cabível:

- a) a apresentação de reconvenção pelo réu, cobrando valores que entende pagos indevidamente ao autor, além da apresentação de defesa
- b) a realização de um acordo entre as partes, desde que observados os parâmetros da inicial em relação aos valores, quando da discriminação das verbas
- c) a apresentação de apenas um chamamento ao processo, sem defesa do mérito, e não ter caracterizada uma revelia ou pena de confesso, mesmo que seja rechaçado pelo juiz
- d) o julgamento no ato da audiência, pelo juiz, sem colheita da prova oral pretendida, mesmo se verificando que da notificação consta se tratar de audiência inicial, sem oitiva de testemunhas não gera qualquer nulidade

36) Em se tratando de representação do réu é correto afirmar que:

- a) em caso de pessoa física, somente poderá nomear preposto, se este for seu empregado
- b) deverá, em caso de sociedade, ser representado por preposto escolhido e nomeado pelo sócio com poderes
- c) em caso de pessoa jurídica, o preposto deverá portar carta de preposto e ser necessariamente empregado, com CTPS assinada
- d) pode ser outorgada procuração e carta de preposto a qualquer pessoa civilmente capaz, que deverá ter conhecimento dos fatos, independente do réu ser pessoa física ou jurídica

37) No que diz respeito à falência, pode-se afirmar que:

- a) a decretação da falência, com efeito retroativo, não atinge as arrematações já realizadas, ressalvada a fraude, que depende de ação própria
- b) os créditos trabalhistas cedidos a terceiros, na falência, serão considerados quirografários, assim como os créditos trabalhistas que ultrapassem 100 salários mínimos
- c) na alienação conjunta ou separada de ativos da falida, não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, exceto nas derivadas da legislação do trabalho e nas decorrentes de acidente de trabalho
- d) serão considerados créditos extraconcursais os derivados da legislação do trabalho, ou decorrentes de acidente de trabalho relativos a serviços prestados antes da decretação da falência, hipótese em que serão pagos com precedência sobre os créditos derivados dos acidentes de trabalho, ocorridos após a decretação da falência



38) Em se tratando de medidas de caráter cautelar, pode-se afirmar que:

- a) a tutela cautelar faz parte do gênero tutelas de urgência
- b) a tutela só pode ser substituída ou revogada quando da sentença
- c) assim como a tutela antecipada, as cautelares, como regra, destinam-se à satisfação do direito e não apenas à sua conservação
- d) o juiz não pode conceder o arresto quando pedido o sequestro, ainda que presentes os requisitos daquele, haja vista que as tutelas cautelares não admitem a fungibilidade

39) Sobre o mandado de segurança, pode-se afirmar que:

- a) as varas do trabalho e os juízes investidos de jurisdição trabalhista não têm competência para julgar mandado de segurança
- b) aos Tribunais Regionais do Trabalho compete o julgamento de mandado de segurança impetrado contra seus próprios atos administrativos
- c) a antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio
- d) se a petição inicial do mandado de segurança não vier instruída com a prova documental pré-constituída, o juiz designará prazo para emenda, sob pena de indeferimento da inicial

40) Após o trânsito em julgado, tratando-se das fases de liquidação e execução, é correto afirmar que:

- a) na liquidação da sentença por cálculos, as partes serão obrigatoriamente intimadas para realizar uma impugnação fundamentada
- b) a carta de fiança bancária equivale a dinheiro para efeito de graduação dos bens penhoráveis
- c) a impugnação aos cálculos só pode ser feita através de embargos à execução
- d) o recurso de revista é incabível em sede de execução



DIREITO CONSTITUCIONAL

41) Em matéria de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais e estaduais em face da Constituição do Estado, é correto afirmar que:

- a) impera o princípio da simetria federativa
- b) o papel do Procurador da Câmara equivale ao papel do Procurador da República
- c) a suspensão do ato declarado incidentalmente inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça local cabe à Assembleia Legislativa do Estado
- d) é cabível recurso extraordinário apenas se a norma impugnada o for em face de preceito da Constituição Estadual afim ao da Constituição Federal

42) Em matéria de divisão de competência entre os entes federativos, afirma-se:

- I- A competência comum de proteção do meio ambiente, dividida entre os entes federativos, pode ser objeto de distribuição infraconstitucional, de forma que, por exemplo, o Estado atue supletivamente onde o município não tenha capacidade técnica para fazê-lo;
- II- As competências concorrentes compartilhadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal afastam a atuação legislativa dos entes municipais;
- III- Os consórcios públicos podem ter como objeto verdadeiras delegações de atribuições entre entes federativos, até em competências que lhes sejam privativas.

Pode-se afirmar que são verdadeiras:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III

43) A respeito das denominadas ações constitucionais, afirma-se:

- I- A impetração do Mandado de Segurança pode ser em face exclusivamente do Ente Público ao qual pertença a autoridade coatora;
- II- O *Habeas Data* perdeu parte de sua aplicabilidade prática diante da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação;
- III- As ações civis públicas por improbidade administrativa equivalem aos processos administrativos disciplinares de autoridades que detenham cargo público efetivo.

Pode-se afirmar que é/são verdadeira(s):

- a) I, II e III
- b) III
- c) II
- d) I



44) Em matéria de processo legislativo, é correto afirmar que a(o):

- a) sanção à lei pode ser tácita ou expressa
- b) publicação da lei é o bastante para sua validade, a não ser que dotada de *vacatio legis*
- c) vício de iniciativa de lei cujo projeto caiba exclusivamente ao Chefe do Executivo pode ser suprido pela respectiva sanção
- d) *quorum* diferenciado para aprovação das leis ordinárias, complementares e das emendas à Constituição, é indicativo da rigidez desta

45) Sobre o conflito de direito intertemporal constitucional, é correto afirmar que:

- a) uma nova Constituição não admite a vigência, ainda que temporária, de normas da Constituição revogada
- b) as leis pretéritas incompatíveis com a nova Constituição são, *ipso facto*, consideradas inconstitucionais
- c) a forma da espécie legislativa que se coteja com uma nova Constituição é irrelevante para o fenômeno da recepção
- d) a legislação compatível com a nova Constituição é recepcionada sem que o fenômeno implique qualquer consequência para a interpretação constitucional

46) Na interpretação do Supremo Tribunal Federal, por maioria, entendeu-se que o controle do Judiciário Estadual pelo Conselho Nacional de Justiça é válido:

- a) em razão da unicidade do Judiciário
- b) a despeito da violação ao princípio federativo
- c) em razão da garantia da inamovibilidade dos juízes, sejam federais ou estaduais
- d) a despeito de ferir o princípio da separação dos poderes *a latere* e não em seu núcleo essencial

47) A propósito da teoria da Constituição, afirma-se:

- I- O poder constituinte derivado institucional é exclusivo dos Estados que adotem a Federação como forma de Estado;
- II- O poder reformador na Constituição de 1988 se resume, hoje, às Emendas à Constituição, a despeito da previsão de revisão em suas normas transitórias;
- III- As limitações materiais ao poder de reforma se resumem às denominadas “cláusulas pétreas”.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II



48) Enquanto entidades da Administração Pública Indireta, as empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) são obrigadas a licitar em qualquer hipótese
- b) atendem a um regime jurídico único para seus empregados públicos
- c) podem explorar serviços públicos somente na qualidade de atividade econômica *stricto sensu*
- d) detêm um estatuto próprio, que cuida de suas licitações, em regime diferenciado em relação à Administração Direta e Autárquica

49) São princípios de interpretação tipicamente constitucional os seguintes:

- a) supremacia, interpretação conforme a Constituição, efetividade máxima dos direitos fundamentais e teleológico
- b) declaração de nulidade sem redução de texto, teleológico e razoabilidade e proporcionalidade
- c) interpretação, conforme a Constituição, horizontalidade dos direitos fundamentais
- d) efetividade máxima dos direitos fundamentais e hierarquia normativa

50) Em relação às competências federativas em matéria de prestação de serviços públicos, afirma-se:

- I- Os serviços cemiteriais são de competência local, devendo ser prestados diretamente pelos Municípios;
- II- Os serviços metropolitanos são de competência compartilhada entre Estado-instituidor da Região Metropolitana e municípios metropolitanos;
- III- As concessões de serviços públicos devem ser necessariamente precedidas de licitação.

Pode-se afirmar que são, uma vez consideradas globalmente, verdadeiras:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II

**RASCUNHO DE GABARITO**

QUESTÃO	GABARITO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO	GABARITO
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	